

Aviso

Nomeação

Por despacho de 19 de Maio de 2006 do director municipal de recursos humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal* n.º 643, de 16 de Junho de 2006):

Américo Manuel Rosa Fernandes, técnico superior (geografia) de 1.ª classe — nomeado, precedendo concurso, técnico superior (geografia) principal, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

11 de Agosto de 2006. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*. 3000213677

Aviso

Nomeação

Por despacho de 25 de Julho de 2006 do director municipal de recursos humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal* n.º 643, de 16 de Junho de 2006):

Ricardo Filipe Moreira Antunes Tamagnini Bandeirinha, técnico superior (matemáticas aplicadas) de 1.ª classe, do grupo de pessoal técnico superior — nomeado, precedendo concurso, técnico superior (matemáticas aplicadas) principal, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

11 de Agosto de 2006. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*. 3000213675

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 149/DGP/2006

Renovação da comissão de serviço

Para os devidos efeitos, torna-se público que, na sequência da nomeação, através de concurso e por despacho do presidente da Câmara, de 13 de Julho de 2006, foi renovada a comissão de serviço, por igual período, da conservadora assessora principal Ana Paula Sousa Assunção, como chefe da Divisão de Património Cultural, a partir de 1 de Agosto de 2006, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.

17 de Julho de 2006. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador do Departamento de Recursos Humanos, *António Pereira*. 3000213599

Aviso n.º 150/DGP/2006

Reclassificação profissional de Augusto do Nascimento Ferreira

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 17 de Julho de 2006, o funcionário Augusto do Nascimento Ferreira, com a categoria de porta-miras, é reclassificado ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199.

19 de Julho de 2006. — Por subdelegação de competências da Directora do Departamento de Recursos Humanos (despacho n.º 01/DRH, de 13 de Julho de 2006), o Chefe da Divisão Administrativa de Pessoal e Vencimentos, *Carlos Santos*. 3000213597

Aviso n.º 151/DGP/2006

Concurso externo de ingresso para admissão de dois técnicos superiores de 2.ª classe

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 10 de Julho de 2006, Miguel Alexandre Nifra Sancho, após ter sido dispensado parcialmente da frequência de estágio, em

23 de Junho de 2006, por reunir os requisitos que o permitem, conforme o Acórdão de 9 de Junho de 1996, nos autos de reclamação n.º 87/96, e o Acórdão n.º 100/98, de 5 de Maio de 1998, do Tribunal de Contas, foi nomeado, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, por urgente conveniência de serviço a partir de 19 de Julho de 2006, como técnico superior de 2.ª classe, na sequência do concurso externo, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 70, de 23 de Março de 2004.

19 de Julho de 2006. — Por subdelegação de competências da Directora do Departamento dos Recursos Humanos (despacho n.º 1/DRH, de 13 de Julho de 2006), o Chefe de Divisão, *Carlos Santos*. 3000213601

Aviso n.º 153/DGP/2006

Concurso interno de acesso geral para provimento de quatro lugares para técnico superior de 1.ª classe

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 21 de Julho de 2006, foram promovidas, como técnico superior de 1.ª classe, Paula Maria Serra Policarpo, Aida Fernanda David Estêvão Silva, Isabel Maria Silva Tojal e Inês Maria Vicêncio Farinha Farracho, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 211, de 3 de Novembro de 2005.

21 de Julho de 2006. — Por subdelegação de competências da Directora do Departamento de Recursos Humanos (despacho n.º 01/DRH, de 13 de Julho de 2006), o Chefe da Divisão Administrativa de Pessoal e Vencimentos, *Carlos Santos*. 3000213600

Aviso n.º 157/DGP/2006

Nomeação em regime de substituição

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara, de 21 de Julho de 2006, a funcionária Ludovina Maria Oliveira Pinto foi nomeada, em regime de substituição, como chefe de Secção de Pagamentos da Repartição de Tesouraria da Divisão Financeira, a partir do dia 21 de Julho de 2006, nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 466/79, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro.

27 de Julho de 2006. — Por subdelegação de competências da Directora de Departamento dos Recursos Humanos (despacho n.º 01/DRH, de 13 de Julho de 2006), o Chefe da Divisão Administrativa de Pessoal e Vencimentos, *Carlos Santos*. 3000213594

Aviso n.º 158/DGP/2006

Nomeação em regime de substituição

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara, de 21 de Julho de 2006, a funcionária Maria Fernanda Ribeiro Baptista Ramos Freitas foi nomeada, em regime de substituição, como chefe de Secção de Apoio aos Órgãos Municipais do Departamento Administrativo, a partir do dia 21 de Julho de 2006, nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 466/79, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro.

27 de Julho de 2006. — Por subdelegação de competências da Directora de Departamento dos Recursos Humanos (despacho n.º 01/DRH, de 13 de Julho de 2006), o Chefe da Divisão Administrativa de Pessoal e Vencimentos, *Carlos Santos*. 3000213605

Aviso n.º 159/DGP/2006

Nomeação em regime de substituição

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara, de 21 de Julho de 2006, a funcionária Perpétua

Maria Bravo Vargas foi nomeada, em regime de substituição, como chefe de Secção Administrativa do Departamento Sócio-Cultural, a partir do dia 21 de Julho de 2006, nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 466/79, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro.

27 de Julho de 2006. — Por subdelegação de competências da Directora de Departamento dos Recursos Humanos (despacho n.º 01/DRH, de 13 de Julho de 2006), o Chefe da Divisão Administrativa de Pessoal e Vencimentos, *Carlos Santos*. 3000213603

Aviso n.º 160/DGP/2006

Nomeação em regime de substituição

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara, de 21 de Julho de 2006, a funcionária Ana Paula do Carmo Vale Coelho Baptista foi nomeada, em regime de substituição, como chefe de Secção Administrativa de Vencimentos e outros Abonos da Repartição de Pessoal da Divisão Administrativa de Pessoal e Vencimentos, a partir do dia 21 de Julho de 2006, nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 466/79, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro.

27 de Julho de 2006. — Por subdelegação de competências da Directora de Departamento dos Recursos Humanos (despacho n.º 01/DRH, de 13 de Julho de 2006), o Chefe da Divisão Administrativa de Pessoal e Vencimentos, *Carlos Santos*. 3000213607

Aviso n.º 161/DGP/2006

Reclassificação profissional de João Carlos Mendes Cruz

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 27 de Julho de 2006, o funcionário João Carlos Mendes Cruz, com a categoria de técnico de informática de grau 2, nível 2, é reclassificado ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de especialista de informática, grau 1, nível 1.

27 de Julho de 2006. — Por subdelegação de competências da Directora do Departamento de Recursos Humanos (despacho n.º 01/DRH, de 13 de Julho de 2006), o Chefe da Divisão Administrativa de Pessoal e Vencimentos, *Carlos Santos*. 3000213609

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal datado de 20 de Julho de 2006, foi nomeado, ao abrigo do n.º 2 do artigo 73.º e n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a partir de 1 de Agosto de 2006, secretário do Gabinete de Apoio Pessoal da vereadora Vivina Maria Semedo Nunes, Francisco José Alves Miranda.

24 de Julho de 2006. — Por delegação de competências (despacho n.º 10.2/PCM/05), o Director do DAF, *António Pereira*. 1000304643

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal datado de 20 de Julho de 2006, foi nomeada, ao abrigo do n.º 2 do artigo 73.º e n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a partir de 1 de Agosto de 2006, secretária do Gabinete de Apoio Pessoal do vereador Miguel Francisco Amoedo Canudo, Rita Leonor Borges da Cruz Fernando.

24 de Julho de 2006. — Por delegação de competências (despacho n.º 10.2/PCM/05), o Director do DAF, *António Pereira*. 1000304642

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe estagiário, da carreira técnica superior jurista, do grupo de pessoal técnico superior.

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com as adaptações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e no uso da competência prevista no despacho n.º 8/05, de 29 de Outubro, da presidente da Câmara, torna-se público que, pelo despacho da presidente da Câmara datado de 19 de Julho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, o concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (estagiário), da carreira técnica superior jurista, do grupo de pessoal técnico superior, em regime de contrato administrativo de provimento, para indivíduos não vinculados à função pública e em comissão de serviço, nos restantes casos, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

2 — O concurso visa, exclusivamente, o preenchimento do lugar posto a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

4 — Conteúdo funcional — é o definido no despacho n.º 10 688/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 31 de Maio de 1999.

5 — Local, condições de trabalho e vencimento:

5.1 — O local de trabalho situa-se no concelho de Nisa, no Gabinete Jurídico e Notariado.

5.2 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da administração local.

5.3 — O vencimento corresponderá ao escalão 1 da categoria de estagiário, índice 321, durante o período probatório, actualmente com o valor de 1033,36 euros. O estagiário aprovado com classificação igual ou superior a *Bom* (14 valores), que venha a ser provido, a título definitivo, na categoria de ingresso (2.ª classe), da referida carreira, vencerá pelo escalão 1, índice 400, desta categoria, actualmente com o valor de 1287,68 euros, de acordo com mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Requisitos gerais — são os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais, legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Quota de emprego para pessoas com deficiência: nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência, cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60 %, têm preferência, em igualdade de classificação, uma vez que o presente concurso é aberto apenas para uma vaga. Os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão a concurso, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada dessa forma a apresentação imediata de documento comprovativo. Devem, ainda, mencionar, no próprio requerimento, todos os elementos necessários